

PAULO DE TARSO MORAIS FILHO
Procurador-Geral de JustiçaMARCO ANTONIO LOPES DE ALMEIDA
Corregedor-Geral do Ministério PúblicoROLANDO CARABOLANTE
Ouvidor do Ministério PúblicoREYVANI JABOUR RIBEIRO
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta JurídicaIRAÍDES DE OLIVEIRA MARQUES
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta AdministrativaHUGO BARROS DE MOURA LIMA
Procurador-Geral de Justiça Adjunto InstitucionalFRANCISCO CHAVES GENEROSO
Chefe de GabineteTHIAGO FERRAZ DE OLIVEIRA
Secretário-GeralANA PAULA MOREIRA GURGEL
Diretora-Geral**CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - QUINTA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 2025**

O Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais-DOMP/MG, instituído pela Resolução PGJ n.º 1, de 6 de janeiro de 2014, com fundamento no parágrafo único do art. 1.º da Lei Estadual n.º 19.429, de 11 de janeiro de 2011, é veiculado, sem custos, no sítio do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (www.mpmg.mp.br) na rede mundial de computadores (Internet). O DOMP/MG é o instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos atos processuais, procedimentais e administrativos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e substitui a versão impressa das publicações oficiais. Sua publicação atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), instituída pela MP-2.200-2/2001.

▲ ATOS ADMINISTRATIVOS**▲ PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA****ATOS DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

Designa, nos termos da Resolução PGJ n.º 57/2002, a Promotora de Justiça Cláudia Ferreira Pacheco de Freitas para o exercício das funções de Coordenadora da 21.ª Promotoria de Justiça-Tutela de Fundações da comarca de Belo Horizonte, a partir de 7 de julho de 2025, ficando revogada a designação anterior.

Designa, nos termos da Resolução PGJ n.º 57/2002, o Promotor de Justiça Felipe Marques Salgado de Paiva para o exercício das funções de Diretor da Secretaria das Promotorias de Justiça da comarca de Araçuaí, a partir de 8 de julho de 2025, ficando revogada a designação anterior.

Designa, nos termos da Resolução PGJ n.º 57/2002, o Promotor de Justiça Daniel Augusto de Camargo Lima Campos para o exercício das funções de Diretor da Secretaria das Promotorias de Justiça da comarca de Mariana, a partir de 8 de julho de 2025, ficando revogada a designação anterior.

Designa, nos termos da Resolução PGJ n.º 57/2002, o Promotor de Justiça Roberto Patella Júnior para o exercício das funções de Diretor da Secretaria das Promotorias de Justiça da comarca de Pedra Azul, a partir de 8 de julho de 2025, ficando revogada a designação anterior.

Designa, nos termos da Resolução PGJ n.º 57/2002, a Promotora de Justiça Vanessa Andrade Ferreira e o Promotor de Justiça Paulo Elias Severgnini Mendes Júnior para o exercício das funções de Diretora e Vice-Diretor da Secretaria das Promotorias de Justiça da comarca de Coronel Fabriciano, a partir de 10 de julho de 2025, ficando revogadas as designações anteriores.

Autoriza, nos termos do art. 18, inciso XLIII, da Lei Complementar n.º 34/94, a Promotora de Justiça Cláudia de Oliveira Ignez, da comarca de Nova Lima, a se ausentar da Promotoria de Justiça no dia 10 de julho de 2025, para participar de reunião de trabalho no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo-CAOMA, em Belo Horizonte.

Convoca, com fundamento no art. 18, inciso LXI, da Lei Complementar Estadual n.º 34/94, o Promotor de Justiça Leonardo Castro Maia, Coordenador-Geral do Núcleo de Acompanhamento de Reparções por Desastres-NUCARD, para participar, como palestrante, do seminário "Vítimas: compreender, proteger e reparar", nos dias 6 e 7 de agosto de 2025, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília-DF.

Convoca, com fundamento no art. 18, inciso LXI, da Lei Complementar Estadual n.º 34/94, o Promotor de Justiça Rolando Carabolante, Ouvidor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para participar da 77.ª Reunião Ordinária do Conselho

Nos termos do artigo 13, §3º e §7º da Resolução Conjunta PGJ/CGMP nº 03/2009, informa que os autos serão encaminhados ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público (Av. Álvares Cabral, 1740, Santo Agostinho, Belo Horizonte, CEP 30.170.008) para apreciação da promoção de arquivamento. Desse modo, caso seja do interesse de qualquer interessado recorrer da presente decisão, poderá fazê-lo, através de razões escritas, que deverão ser enviadas para o endereço retrorreferido, até a data da sessão de julgamento do Conselho Superior do Ministério Público, a ser realizada, no mínimo, após quinze dias da data de protocolo do Procedimento Preparatório em comento.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se esta notificação, que, por ora, é publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Visconde do Rio Branco, 9 de julho de 2025. Eu, Vânia Lúcia Condé Alves, Oficiala do MP, MAMP 6509, o digitei.

CYNTIA CAMPOS GIRO

Promotora de Justiça

EDITAIS E AVISOS

PROCURADORA-GERAL ADJUNTA ADMINISTRATIVA

HOMOLOGAÇÃO

Número do processo: 23 / Ano: 2025

Unidade: 1091012

Processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI): 19.16.3913.0021158/2024-36

Objeto: Aquisição de materiais de copa de cozinha e descartáveis destinados a suprir as necessidades das unidades da Capital e do interior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Modalidade: Pregão eletrônico

Homologo o resultado do julgamento do restante dos lotes deste processo, lotes 4 e 7, os quais resultaram fracassados, por não ter restado proposta classificada para atendimento ao seu objeto.

Relativamente aos demais lotes (1,2,3,5 e 6), saliento que houve homologação do resultado no dia 03/07/2025 e o extrato de publicação da homologação foi publicado no Diário Oficial de Ministério Público de Minas Gerias no dia 04/07/2025.

Belo Horizonte, 9 de julho de 2025.

IRAÍDES DE OLIVEIRA MARQUES

Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Administrativa

Ato de Dispensa de Licitação nº 9133543, SEI nº 19.16.2107.0029877/2025-66, de 08/07/2025, que autoriza a contratação direta do Núcleo de Neuroreabilitação Caroline Araújo Ltda. a fim de prestar serviços em Fonoaudiologia para atendimento, capacitação e treinamento, de forma presencial e virtual, a depender de disponibilidade entre as partes, em sessões individuais e uma sessão em grupo, aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com base no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Valor total de R\$ 45.500,00. Dotação orçamentária: 1091.03.122.703.2009.0001.3.3.90.39.98.0 - Fonte 10.1.